

Viva Bahia

Plantando um novo amanhã

Biodiversidade do Conduru atrai pesquisadores

Conheça os criadores de florestas



- 04** Legislar para a diversidade
 - 06** Em Busca do Eco-desenvolvimento
 - 09** Processo contínuo de educação
 - 10** Somos cidadãos planetários
 - 14** Selo Carbono Zero será ampliado
 - 16** Carnaval Verde
 - 17** Participação popular
marca II Cema
 - 18** Criadores de Florestas
 - 20** Parque do Conduru:
a menina dos olhos dos ambientalistas
 - 22** Monitoramento do ar
 - 24** Formando novos parceiros
através do PNC
 - 26** Novo modelo de serviço público
-

Expediente:

Publicação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - Semarh

Ano - I, nº1 - Abril de 2008

Governador do Estado: Jaques Wagner

Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Juliano Matos

Chefe de Gabinete: Adolpho Netto

Diretor-geral: Wesley Faustino

Superintendente de Políticas para o Desenvolvimento

Sustentável:

Eduardo Mattedi

Superintendente de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação: Marcos Ferreira

Assessora de Comunicação: Ilma Pessoa (DRT - 1559 - BA)

Redação e edição de texto: Márcia Moreira (DRT - 1447 - BA)

Colaboração: Aura Henrique e Larissa Souza

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Landim Comunicação

Fotos: Janduari Simões/Arquivo Semarh/Agecom

Contato Revista Bahia Viva

SEMARH

Av. Luiz Viana Filho, nº 390 Plataforma IV Ala Norte - Centro Administrativo da Bahia (CAB)

CEP 41.745-005 - Salvador Bahia Brasil

Tel.: (71) 3115.3836 / 6289 - www.meioambiente.ba.gov.br

Legislar para a diversidade

Pescadores, quilombolas, índios e a comunidade em geral se reuniram pela primeira vez para discutir, juntos, novos caminhos para a política ambiental do estado. Neste clima, misto de novidade e responsabilidade, aconteceram as caravanas cívico-ambientais em diversas regiões da Bahia. O objetivo foi iniciar um processo de revisão e aperfeiçoamento das leis nº 10.431, de Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, e nº 10.432, de Política Estadual de Recursos Hídricos.

Desta forma foram realizadas nove audiências ambientais nas cidades de Eunápolis,

Itabuna, Euclides da Cunha, Vitória da Conquista, Seabra, Juazeiro, Barreiras, Salvador e Bom Jesus da Lapa. Os municípios foram escolhidos por estarem situados nos principais biomas que compõem a Bahia. Realizadas em abril e maio de 2007, as audiências das caravanas tiveram a participação de 700 pessoas e foram recebidas 54 contribuições escritas.

Para Maria Gravina Ogata, ex-diretora de Política Ambiental da Superintendência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, a maior contribuição da caravana foi mostrar a riqueza de cada lugar. Ela destacou algumas peculiaridades de

cada caravana. “Nas cidades do interior, a maior participação foi de pessoas da própria comunidade, que vivenciam a natureza no seu dia-a-dia. Já na capital baiana, a maior participação foi de acadêmicos e intelectuais engajados nas questões ambientais”, lembrou.

Mas cada cidade compareceu com um público específico. Em Bom Jesus da Lapa, por exemplo, a caravana contou com a participação de agricultores da região. No Oeste da Bahia, o principal tema debatido foi a expansão da fronteira agrícola. Já em Vitória da Conquista, onde existem muitas carvoarias, as discussões giraram em torno de





questões sociais. “Ficou claro que as Leis deveriam contemplar essa diversidade”, afirmou Ogata.

De cada um desses encontros foram sendo tiradas lições e sugestões para reformulação das leis ambientais. “Foi a primeira vez que o governo teve este tipo de abordagem. As pessoas gostaram e nossa idéia é manter o vínculo com essas comunidades”, disse Maria Ogata.

Todas as sugestões estão sendo avaliadas em três Grupos de Trabalho (GTs): Meio Ambiente, Biodiversidade e Recursos Hídricos. O objetivo é agilizar o processo para que as propostas apresentadas possam ser incluídas ou levem a mudanças na atual legislação.

Veja algumas das sugestões apresentadas:

Eunápolis rever o conceito de servidão florestal; instituir o ICMS Ecológico; fazer levantamento do que resta da Mata Atlântica.

Itabuna/ Ilhéus incluir a matéria Educação Ambiental nas escolas; implementar o balcão único de licenciamento e simplificar exigências de documentos e procedimentos.

Vitória da Conquista repassar 1% do valor da cobrança de Recursos Hídricos aos municípios, para recuperar APPs e nascentes; estabelecer especificidade da mata de cipó.

Seabra monitorar a qualidade das águas, inclusive as subterrâneas; incluir o bioma Caatinga como patrimônio estadual.

Juazeiro reverter em benefício do empreendedor, as ações de recomposição da mata ciliar nos projetos de irrigação; tomar cuidado com a inserção de espécies exóticas no semi-árido (algaroba).

Barreiras criar Unidades de Conservação no Oeste; eliminar a burocracia para o pequeno produtor rural.

Salvador incluir o Cerrado e a Caatinga como patrimônio estadual; considerar a água como direito fundamental da pessoa humana.

Bom Jesus da Lapa estimular a utilização do vale do São Francisco ao invés de ocupar o Chapadão; conhecer e contemplar as especificidades do Oeste da Bahia.

Euclides da Cunha disponibilizar água de boa qualidade que não seja salobra nas cidades da região; buscar outras alternativas de disponibilidade de água, para abastecimento humano.



Em Busca do Eco-desenvolvimento

Até bem pouco tempo o meio ambiente era considerado um entrave a novos empreendimentos e ao desenvolvimento do estado. Mas um novo conceito começa a ganhar força: o do eco-desenvolvimento. A Bahia está aprendendo a pensar políticas públicas de meio ambiente de forma mais ampla e aprendendo a desenvolver negócios a partir da sua rica biodiversidade.

Neste aspecto, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepam) tem papel fundamental. “Estamos numa fase de superação da falsa dicotomia entre desenvolvi-

mento e meio ambiente. Temos um estado com ativos ambientais fantásticos e precisamos valorizar isso. Sustentabilidade pede uma mudança de mentalidade”, afirma Eduardo Mattedi, superintendente de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e secretário-executivo do Cepam.

Ele cita como exemplo a riqueza natural do estado, ainda desconhecida dos próprios baianos. “Das dez maiores cavernas do Brasil, sete estão aqui na Bahia. Muita gente não sabe, não explora e não pesquisa esse potencial”, avalia

Mattedi. Nessa perspectiva, o Cepam deixa de ser visto como um órgão de “entreve” para ser um potencializador de novos investimentos, dentro do conceito de eco-desenvolvimento.

O foco mudou. A busca é pelo investidor consciente, socialmente e ambientalmente responsável. O setor empresarial vem amadurecendo neste sentido e já é possível encontrar bons parceiros com tais características. Mas, este

não é um processo simples e muito menos rápido.

Na área de infra-estrutura, a Semarh participa do planejamento de novos empreendimentos. Desta forma, as variáveis ambientais são levadas em consideração, desde a gestação dos novos investimentos. Esta nova postura também deixa os empresários mais tranquilos, pois elimina a dúvida sobre possíveis intervenções no empreendimento, ao longo da sua implantação.

A descentralização e agilização de alguns processos, como a liberação de licenças ambientais, também fazem parte desta nova realidade. Neste sentido, em dezembro de 2007 foi lançada a Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) com o objetivo de municipalizar algumas ações do Cepam. Dentro deste novo processo, será feita a capacitação de gestores ambientais em 88 municípios baianos.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepam), órgão máximo do Sistema Estadual do Meio Ambiente, foi criado no ano de 1973 e completa 35 anos de existência em 2008. Primeiro conselho dessa natureza criado no Brasil, o Cepam é um fórum colegiado formado por 21 membros do setor empresarial, privado, governo, trabalhadores e ambientalistas. É também o único conselho em que o governo representa apenas 1/3 do seu total. O Cepam está desenvolvendo uma política de municipalização e descentralização, buscando se fortalecer como um órgão formulador de políticas públicas.



COMPOSIÇÃO DO CEPRAM

Juliano Sousa Matos	Celene Almeida de Brito
Eduardo Mattedi	Marinéia Dias Ramos Silva
Marcos César Felix Ferreira	José Roberto Caldas Pinto
Jorge Jose Santos Pereira Solla	Isabel Cristina Ligeiro
Letícia Coelho da Costa Nobre	Fernando José de Oliveira Santos
Lorene Luise Silva Pinto	Ailton Queiroz Lisboa
Geraldo Simões de Oliveira	Jackson Bomfim Carvalho dos Santos
Carlos Eduardo Sodré	Josemário Martins da Silva
Silvana Nunes da Costa	Genivaldo Batista de Jesus
Antonio Carlos Batista Neves	Adriana Alves da Mata
Vera Lúcia Frazão Barreto Alves	Manoel Adeodato de Souza Menezes Filho
Ana Maria de Lima Santos	Arnaldo de Jesus
Rafael Amoedo Amoedo	Cláudio Luis Figueredo Mascarenhas
Antonio Carlos Matias	Irundi Sampaio Edwleiss
David Dias de Carvalho	Ney Antonio de Souza Silva
Ronald de Arantes Lobato	Luis Fernando Galvão de Almeida
Romeu de Figueiredo Temporal	Aurinézio Calheira Barbosa
Benito Muiños Juncal	Sérgio de Almeida Bastos
Afonso Bandeira Florence	José Roberto Pedreira Franco Celestino
Maria Valéria Gaspar de Queiroz Ferreira	Luiz Tarciso Cordeiro Pamponet
Abelardo de Oliveira Filho	Luciano Lisboa Junior
Iglesias Brasil Cabalero	João Lopes de Araújo
Adécio de Assis Gonçalves	Jonas Dantas dos Santos
Pablo Ramos Andrade de Villanueva	Benedito Célio Eugênio Silva
Roseane Palavizini	Marcelo Carvalho de Miranda
Lia Terezinha Bianchi dos Reis	César Roberto Góes Carqueija
Fred Cácio Bandeira Rochoael	Lucedalva Xavier Barbosa
Emídio Souza Barreto Neto	Gerardo Bressan Smith
Luis Ricardo Montagna	José Cisino Menezes Lopes
Elbamair Conceição Matos	Mauricio Leite Lopes
Paulo Sérgio Vila Nova Souza	Erico Sampaio Souza
Débora Fontes P. de Cerqueira.	



Processo contínuo de educação

Ao inserir a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos nas ações de desenvolvimento do estado, o Governo da Bahia deixou clara a importância que atribui a área ambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) ganhou papel fundamental na concepção e implementação de políticas públicas em todo estado. A princípio, sete diretrizes foram estabelecidas: elaborar o programa de EA do estado; formar educadores ambientais populares; transformar as experiências de EA em políticas públicas; apoiar as ações da Rede de Educação Ambiental da Bahia; apoiar as ações dos Coletivos Jovens; apoiar os projetos Coletivos Educadores no estado; e apoiar as Salas Verdes.

“É preciso levar a Educação Ambiental para todas as pessoas, de forma estruturante, participativa e democrática”, afirma Tita Vieira, diretora de EA da Semarh. Ela ressalta que a formulação de políticas públicas passa, primeiro, pela identificação dos problemas e conflitos de cada território, e por ouvir as pessoas, suas queixas, suas demandas, seus anseios.

De início, cinco projetos passaram a ser desenvolvidos:

- **Jovens Ativistas** - projeto de Formação de Agentes Ambientais Comunitários. Desenvolvido em parceria com a Ong Associação de Educação para a Vida (Assev), do município de Vitória da Conquista, voltado para formação de jovens de 14 a 16 anos, em 18 escolas públicas municipal, estadual, federal, quilombola e do Movimento Sem Terra. Tem como objetivo principal a formação de jovens lideranças que possam atuar na melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.
- **Pegadas** - projeto de Educação para gestão Ambiental e Desenvolvimento Agroecológico de Sobradinho, Santo Sé, Remanso e Casa Nova. Tem como objetivo implementar ações capazes de dinamizar a economia regional por meio de seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda e de transformar as condições de vida das populações possibilitando a construção de processos sustentados de desenvolvimento.
- **Projeto Apoio ao Desenvolvimento de Técnicas Agrosustentáveis** - Visa promover o desenvolvimento econômico, respeitando os valores humanos e ambientais a partir do trabalho da agricultura familiar.
- **Projeto Educação Ambiental na Área de Influência do Complexo Cooperativo de Reciclagem de Salvador** - Tem como objetivo construir um novo paradigma para a gestão de resíduos sólidos, através da redução da produção destes mesmos resíduos, da implementação de coleta seletiva e da geração de trabalho e renda.
- **Projeto São Bartolomeu Mais Verde** - Pretende inserir os princípios da permacultura na produção e manejo das áreas produtivas envolvendo os moradores do entorno do Parque, preparando estas comunidades para ações de requalificação urbana e recuperação ambiental.

Vale ressaltar que Educação Ambiental é um processo contínuo, em pleno desenvolvimento, principalmente em um estado sem tradição de políticas públicas na área ambiental. Os cinco projetos acima citados representam, apenas, o início de uma fértil caminhada para a formulação de novas diretrizes para a área ambiental.

Somos cidadãos planetários

O aquecimento global e a conseqüente transformação do planeta Terra se tornam, cada vez mais, uma preocupação de todos os cidadãos. Prova disso está na maior participação de vários segmentos da sociedade no Fórum Baiano de Mudanças Climáticas. Criado em agosto de 2005, o Fórum teve seu regimento revisado em 2007, para permitir a entrada de novos participantes, como universidades, ongs, índios e quilombolas. “Passamos de 38 para mais de 50 integrantes”, conta Adriana Diniz, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

As atividades também ganharam uma nova dinâmica. As reuniões realizadas a cada 45 dias passaram a contar com a presença de um convidado para proferir palestra sobre algum tema específico. Assim, Milson Batista, diretor da Semarh falou sobre biodiversidade; o professor

Osvaldo Soliano abordou a questão da matriz energética; a professora Creuza Lage falou sobre o conceito de Vulnerabilidade e Carlos Nobre, do INPE, falou sobre as mudanças climáticas.

Com o objetivo de otimizar o andamento das atividades e aprofundar o estudo de algumas questões, o Fórum criou cinco Grupos de Trabalho (GT) voltados para os seguintes tópicos: Vulnerabilidade, Desmatamento, Energia, Estado e Arte e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Mesmo assim, segundo Adriana Diniz, a grande questão ainda é saber o que vai substituir o combustível fóssil, principal fonte de emissão de gás carbônico na atmosfera.

O aquecimento global é, de fato, uma preocupação do governo. A Bahia foi o segundo estado brasileiro a implantar o Fórum de Mudanças



Agenda 2008

Uma das metas do governo para este ano é expandir o estudo de emissão de CO₂ (gás carbônico) para todo o estado através de parceria entre a Semarh, a ong Quercus e a Uneb. Outra é trabalhar o Plano Estadual de Mitigação, que visa evitar maior emissão de gás carbônico na atmosfera, a ser desenvolvido a partir deste ano.

Para Adriana Diniz, uma das formas de fazer com que as pessoas se engajem na luta ambiental é popularizar as discussões sobre mudanças climáticas. Com esse intuito, o Fórum pretende lançar uma cartilha e um site com informações sobre o assunto.

“Muita gente não absorve as questões por achar que as mudanças vão demorar uns 30 anos para acontecer, mas já estão acontecendo. Então, é preciso tomar consciência de que somos cidadãos planetários e perceber que a ação individual faz diferença. Agir localmente e pensar globalmente”, conclui Diniz.

É uma forma de acompanhar as discussões sobre o tema e também de contribuir para a criação de políticas públicas

Climáticas sendo, também, o único do Norte/Nordeste a criar esta instância de poder. Existem fóruns semelhantes no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Em setembro de 2007, o fórum baiano estabeleceu parceria com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. “É uma forma de acompanhar as discussões sobre o tema e também de contribuir para a criação de políticas públicas”, afirma Diniz.

Ao mesmo tempo, os debates foram levados aos diversos municípios baianos. Em 2007 foram realizadas 15 conferências regionais e em março de 2008 acontece a conferência estadual. Em maio deste ano será a vez da conferência nacional.

A pauta principal de todos esses encontros também foi debatida na convenção mundial, que aconteceu em dezembro de 2007,



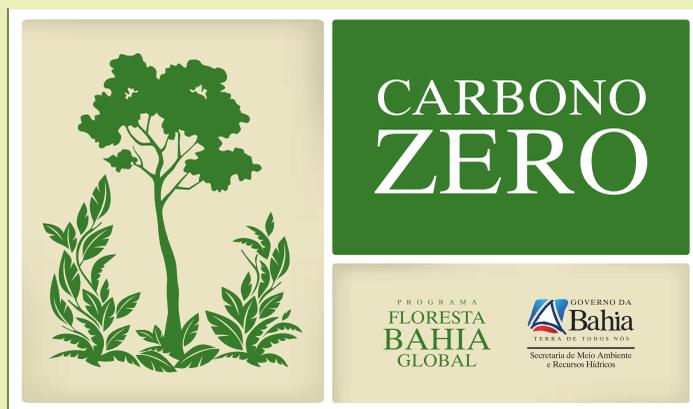


em Bali, na Indonésia e contou com a participação de uma delegação brasileira. De lá saíram todas as novas diretrizes a serem assumidas pelos países que integram a Conferência das Partes (COP), estabelecida pela ONU. “O Protocolo de Quioto termina em 2012. A conferência na Indonésia discutiu o que vai acontecer depois dessa época”, conta Adriana Diniz, representante do Estado da Bahia no evento. Dois temas nortearam os debates da conferência: o combate à desertificação e a preservação da biodiversidade do planeta.

Para ela, a divulgação do documentário “Uma verdade inconveniente” feita pelo ex-vice-presidente americano Al Gore, e sua conseqüente premiação com o Nobel da Paz, influenciou de forma positiva a divulgação do tema, principalmente nos Estados Unidos, que não aderiu ao Protocolo de Quioto.

“O Protocolo de Quioto termina em 2012. A conferência na Indonésia discutiu o que vai acontecer depois”

Programa Floresta Bahia Global Selo Carbono Zero será ampliado



Ter uma atitude pró-ativa para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e do aquecimento global, com a recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos, através do seqüestro de carbono. Com estes objetivos, foi lançado em 5 de junho do ano passado o Floresta Bahia Global, programa de descarbonização da Bahia. Pioneiro no Brasil como política pública, o governo do estado tenta, desta forma, reverter um passivo histórico que atinge, principalmente, reservas ambientais e matas ciliares.

Baseado em MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo), o programa está em consonância com o tratado de Quioto, ratificado em 2005 por 160 países, entre eles o Brasil. O Floresta Bahia Global toma como premissa a seguinte equação: um crédito equivale a uma tonelada de carbono emitido na atmosfera. Ao atingir a marca de mil créditos a empresa que aderir ao programa recebe um certificado

denominado de Selo Carbono Zero, uma espécie de ISO ambiental específico para a adesão ao programa de redução dos danos causados pelo efeito estufa.

O governo da Bahia adotou o programa para minimizar os danos causados pelas aeronaves que utiliza em suas viagens. Cálculos feitos por técnicos da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação (SFC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) mostram que, em apenas um ano, as aeronaves do governo são responsáveis pela emissão total de 360 toneladas de CO₂ na atmosfera.

Para neutralizar este volume estão sendo plantadas 30 mil mudas de espécies nativas como ipê-amarelo, pau-brasil e vinhático, na área do Parque Estadual da Serra do Conduru - unidade de conservação e de proteção integral - localizado nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré,

no sul do Estado. Num primeiro momento as mudas para descarbonização serão utilizadas apenas em Unidades de Conservação (UC). Depois a recuperação ambiental será estendida para unidades rurais, áreas quilombolas e assentamentos.

A atitude do governo da Bahia serve como estímulo para que outras empresas venham aderir ao programa. Segundo Marcos Ferreira, superintendente da SFC, várias empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari e outros empreendimentos que vão se instalar na Bahia já sinalizaram que querem aderir ao programa. “Elas estão aguardando a publicação dos editais que vão selecionar projetos para recuperação de áreas de Mata Atlântica. Depois haverá outros editais para Caatinga e o Cerrado”, afirma Ferreira. A expectativa é de que o primeiro edital leve à recuperação de 500 hectares de florestas.

Novos selos

Em 2008 os créditos de carbono poderão ser negociados pelas empresas diretamente na Bolsa de Valores. “Nossa expectativa é de recuperar mil hectares de floresta”, afirma Marcos Ferreira. Outra novidade será a possibilidade de transformar pequenas propriedades e assentamentos de terra em áreas de reserva legal a serem beneficiadas pelo programa.

O Selo Carbono Zero também evolui e passará a ter seis níveis de adesão, cada um correspondendo a um determinado volume de carbono seqüestrado. Cada nível homenageará uma árvore.

- Selo Carbono Zero **Ipê** para as empresas que conseguirem neutralizar de 91 a 100% das emissões.
- Selo Carbono Zero **Pau Brasil** para quem neutralizar de 61 a 90%.
- Selo Carbono Zero **Jatobá** para quem neutralizar de 41 a 60%.
- Selo Carbono Zero **Jequitibá** para quem neutralizar de 21 a 40%.
- Selo Carbono Zero **Aroeira** para quem neutralizar de 11 a 20%.
- Selo Carbono Zero **Cedro** para quem neutralizar até 10%.

E, o mais importante, qualquer empresa de qualquer setor pode aderir ao Programa Floresta Bahia Global.



Carnaval Verde

Os números que envolvem o Carnaval de Salvador são grandiosos. Maior festa de rua do planeta; mais de um milhão de pessoas circulando pelos circuitos da folia. A festa dedicada a Momo gera, em apenas seis dias, 1.489,45 toneladas de lixo. Além disso, os trios que circulam liberam cerca de 155 toneladas de gás carbônico. Um cenário que representa um grande desafio ambiental.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente, a Prefeitura de Salvador e a Petrobras decidiram enfrentar o desafio. Assim foi criado o programa Carnaval Sustentável, um dos destaques da folia 2008. De imediato, alguns dos 105 trios elétricos e carros de apoio desfilaram no Carnaval movidos a biodiesel B5. Somente esta ação representou uma redução significativa na emissão de gás carbônico durante os dias de festa.

Na avaliação de Rosemberg Pinto, gerente regional de Comunicação Institucional da Petrobras na Bahia, o Carnaval baiano tem

grande potencial para “entrar no ritmo da defesa ambiental”. Outra ação do programa é o plantio de mudas de árvores como forma de compensar os danos da poluição ambiental, dentro do Programa Floresta Bahia Global.

No total, serão plantadas 33.320 mudas de árvores nativas e frutíferas em 20 hectares de reservas, parques e áreas verdes do estado: dez hectares de área da Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde, em quatro hectares do Parque Estadual da Serra do Conduru, no sul do estado, em dois hectares do Parque de Pituaçu e mais quatro hectares em áreas metropolitanas de Salvador.

A proporção é de 1.660 árvores plantadas por hectare, resultando em 20 hectares de floresta, quantidade necessária para seqüestrar as 147,25 toneladas de CO₂, emitidas durante o Carnaval de 2008.

Além de ser uma festa com grande importância para os setores turístico e econômico, o Carnaval de Salvador também pode se tornar referência do ponto de vista da responsabilidade ambiental.



Participação popular marca II Cema



"A gente pode colocar nossa vez e nossa voz", comemorou Maria Celeste dos Santos, trabalhadora rural de Amargosa, durante a II Conferência Estadual de Meio Ambiente (II Cema), realizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Semarh), em meados do mês de março. O evento aconteceu por meio de um processo democrático, legitimado por uma ampla e diversa participação popular, sob a temática 'Mudanças Climáticas, Território e Sociedade'.

A II Cema assegurou à sociedade baiana a oportunidade de compartilhar com o poder público seus anseios e necessidades em questões ligadas ao Meio Ambiente. Mais que isso, permitiu aos cerca de 800 participantes um debate aberto de suas idéias, contabilizando-as em políticas públicas para um melhor aproveitamento dos ativos locais, além da solução de impasses ambientais históricos.

Não haveria melhor momento para o governo tornar a Bahia o primeiro estado do Nordeste 'Amigo da Amazônia'. O título foi concedido após assinatura de um termo de compromisso firmado entre Greenpeace e Semarh, na tentativa de inibir o tráfico de madeira de origem duvidosa e fomentar o uso de produtos e subprodutos oriundos de madeira certificada.

A garantia de voz aos mais diversificados grupos ambientalistas, também religiosos e étnicos, foi a palavra de ordem da II Cema, que aconteceu após uma maratona de 16 conferências regionais, alcançando cidades pólo do interior. A Semarh pôde então conhecer in loco as demandas de comunidades tradicionais, setor produtivo e sociedade civil organizada, além das necessidades do poder público local.

A questão ambiental permeia os diferentes campos da sociedade. "Sem a natureza, a religião de matriz africana não existe", foi o que disse Valério Bonfim, representante de Povos de Terreiro do Sul da Bahia, que também compareceu à II Cema. Para ele, a regularização fundiária dos terreiros de candomblé é crucial para a sobrevivência de sua religião.

Um número nada tímido de participantes foi alcançado durante as regionais. Cerca de seis mil pessoas estiveram em Barreiras, Caetitê, Camaçari, Cruz das Almas, Eunápolis, Feira de Santana, Irecê, Itabuna/Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Salvador, Santa Maria da Vitória, Seabra, Tucano e Vitória da Conquista, para consolidar seu direito de opinar.

Entre os assuntos debatidos, os mais polêmicos foram biodiversidade, floretas, regularização fundiária, água, educação ambiental e povos tradicionais. Mais de 540 propostas foram votadas, resultando num conjunto de deliberações da II Cema, que servirá de referência para a adoção de políticas ambientais exequíveis.

III Conferência Nacional de Meio Ambiente

A II Cema foi também o momento de selecionar, entre os cerca de 600 delegados vindos de todo o estado, 60 que vão representar a Bahia na III Conferência Nacional de Meio Ambiente, que acontecerá em Brasília, em maio deste ano. A série de conferências - regionais, estaduais e nacional - tem o objetivo maior de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que, de forma descentralizada, pretende levar à prática o desenvolvimento sustentável do país.

Criadores de Florestas

O crescimento da população nos últimos anos gerou um aumento considerável na demanda por madeira e seus sub-produtos, o que levou ao surgimento do interesse no uso de espécies florestais de rápido crescimento, entre elas o eucalipto e o nim. Essas espécies vêm sendo uma alternativa racional contra a exploração e devastação das florestas nativas do planeta.

Para minimizar a pressão sobre as espécies nativas e propor alternativas sustentáveis para as famílias que sobrevivem do cultivo agrícola, o governo federal, em parceria com o governo estadual e

as prefeituras municipais implantaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Florestal). A iniciativa gera emprego e renda, a partir do próprio sustento das áreas plantadas, fortalecendo a agricultura familiar dos pequenos produtores.

Para Nello Cariola, coordenador de áreas florestais, é uma mudança muito grande na cultura do agricultor baiano. "Com o programa, ele deixa de ser extrativista e vira um produtor florestal", avalia. Acabou-se o tempo de cortar árvore de

madrugada, de forma indiscriminada, como forma de garantir o sustento. O agricultor vai poder vender madeira dentro da legalidade e sem prejudicar o meio ambiente. "Futuramente pode, até, implantar uma madeireira ou loja de móveis na cidade", afirma.

Cariola se diz surpreso com a receptividade dos agricultores com as ações de fomento. Ele acredita que a confiança decorre dos resultados que começam a ser percebidos por aqueles que aderiram ao programa. Cariola cita o exemplo de um agricultor da cidade de Ubaíra, que investiu





dois mil reais no plantio de mudas em mil hectares de terra. "Já ofereceram 10 mil reais para comprar a madeira", conta. Os técnicos da Secretaria acompanham todo o processo, incluindo da primeira venda.

Numa primeira visita, os técnicos fazem uma vistoria para detectar as características da propriedade e assim indicar qual o plantio mais adequado para aquele pedaço de terra. Depois, elaboram um projeto e encaminham ao banco. Numa outra etapa, mudas de espécies nativas são doadas aos agricultores para serem plantadas e promoverem a recuperação de matas ciliares e de áreas de reserva legal. O acompanhamento de cada propriedade é feito ao longo de quatro anos. De 2006 até este ano, 300 famílias foram atendidas nas cidades de Jequié, Ubaíra, Wenceslau Guimarães, Ubatã, Lafayette Coutinho e Jaguaquara.

Para este ano, a meta é atender mais 600 famílias.

Pólo Florestal Sustentável

A política ambiental adotada pela Semarh pode ser considerada arrojada em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito à adoção de idéias inovadoras. É o caso do Programa Pólo Florestal Sustentável, que tem como foco principal reflorestar áreas já desmatadas para fins comerciais.

Nesta primeira etapa, o programa está sendo desenvolvido ao sudeste da Bahia, numa área que abrange os municípios de Manoel Vitorino, Itagi, Jequié, Lafayette Coutinho, Jaguaquara e Itiruçu. O local foi escolhido em função da grande demanda existente na região por produtos florestais (estacas, madeira serrada) e biomassa (lenha).

O programa é voltado para áreas que foram abandonadas para o cultivo agrícola e com isso

impede que novas áreas sejam desmatadas. Também estimula pequenos agricultores a implantar, em pequenas áreas da propriedade, os chamados bosques energéticos, ou seja, áreas destinadas à criação de florestas, com tipos de árvores voltadas para atender ao mercado.

A expectativa é ampliar a oferta de madeira plantada, através do reflorestamento com espécies de rápido crescimento e nativas, de valor econômico, para os consumidores de produtos florestais e indústrias regionais.

O plantio de árvores para fins comerciais visa suprir uma demanda crescente dos diversos mercados consumidores de produtores florestais, como exemplo para construções e mobiliários, celulose para o papel, lenha e carvão para as caldeiras, substâncias medicinais, óleos, resinas, gomas, essências, mel, frutos, flores entre outros.



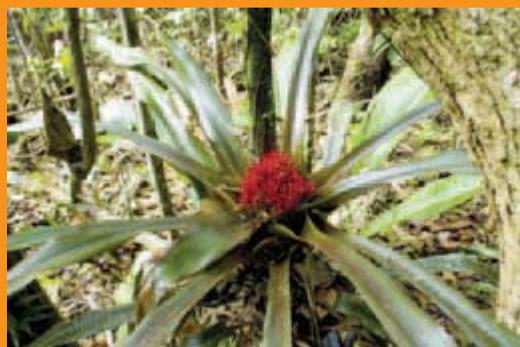
Parque do Conduru: a menina dos olhos dos ambientalistas

Até há bem pouco tempo, apenas algumas pessoas conheciam ou tinham ouvido falar do Parque Estadual Serra do Conduru, uma floresta de 9.275 hectares localizada no sul da Bahia, nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus. Criado há 11 anos, o parque se transformou na “menina dos olhos” da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, conseqüentemente, do governo da Bahia. A razão é simples: o Conduru é um dos mais importantes blocos remanescentes de Mata Atlântica, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua rica biodiversidade.

“O Conduru se tornou uma prioridade pela sua excepcional biodiversidade. É o mais rico parque do Brasil em termos de fauna, flora, aves e primatas”, afirma Rui Barbosa da Ro-

cha, diretor do Instituto Floresta Viva, uma das ongs parceiras do parque. Com média de 458 espécies de árvores por hectare - considerado um recorde internacional - o parque ainda protege importantes bacias hidrográficas que abastecem os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, abrigando nascentes de 30 rios e riachos.

Nesse sentido, Marcelo Barreto, gestor do Parque do Conduru, defende que o local se torne uma Unidade de Conservação Plena e aberta para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e educação ambiental, seguindo, sempre os critérios de manejo recomendado para uma área tão preciosa. “O potencial turístico do parque é muito grande. Além da flora, temos uma fauna bastante diversificada. Mas esse potencial não estava sendo explorado.



A nossa proposta é fazer parceria com as estruturas turísticas do entorno da área, para que possa ser utilizado pelos hotéis e pela comunidade de maneira geral”, afirma.

O Parque também recebe a visita de inúmeros pesquisadores. “A tendência é que o número de visitantes aumente a cada dia”, avalia Barreto. Hoje o Conduru dispõe de uma infra-estrutura adequada para hospedar até 32 pesquisadores. E já tem gente interessada em conhecer essa biodiversidade. Um bom exemplo é o pesquisador da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, Daniel Pioto, que está no parque desenvolvendo uma tese de doutorado sobre segurança florestal. A pesquisadora Joyce Reis, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), também

está estudando a diversidade de bromeliácias do parque.

Uma das metas a serem alcançadas em 2008 é a reestruturação da floresta dentro do parque e no seu entorno para a formação de corredores ecológicos. A idéia é criar um mini-corredor ecológico Serra do Conduru, abrangendo uma área de 100 mil hectares ligando Itacaré a Ilhéus. O parque funcionaria como núcleo. Outra meta é envolver as comunidades que vivem no entorno do Conduru e que devem ser inseridas no processo, seja através do ecoturismo ou de outra forma que as torne, também, responsáveis pela conservação da floresta. Nesse sentido, a Semarh e o Instituto Floresta Viva querem desenvolver um trabalho de educação florestal dentro do parque voltado, principalmente, para estudantes da rede pública local.

Em 2007, uma das maiores conquistas do Parque do Conduru foi a criação do Projeto Floresta Bahia Global, que deu início ao plantio de 30 hectares de mudas produzidas pelos agricultores do entorno do parque. Estas mudas serão utilizadas para descarbonizar a emissão de 360 toneladas de gás carbônico que, em quatro anos, serão lançadas na atmosfera pelas aeronaves utilizadas pelo governo. Assim o Projeto Floresta Bahia Global, mais conhecido como Carbono Zero, vai contribuir na recuperação de parte da floresta que foi desmatada ao longo dos anos.

Rui Rocha também aponta como positiva a ampliação da regularização fundiária - um dos problemas enfrentados pelo parque - que, em 2007, atingiu a marca de 40%. Além da criação de assentamentos para a reforma agrária como forma de resolver a situação de moradia irregular de pessoas que vivem dentro do parque.

Já Marcelo Barreto elege os desafios do parque. “Enfrentamos também alguns problemas com pessoas da comunidade local que praticam a caça ilegal, mas esse número também tem diminuído bastante, pois realizamos constantemente projetos de conscientização ambiental”, conta Barreto.



Monitoramento do ar

“Vamos verificar a poluição extra-domiciliar, a intra-domiciliar e o agravamento de doenças respiratórias em pessoas até 18 anos”

“Se um rio está poluído você não toma banho, mas se o ar estiver poluído você não tem opção porque ninguém pode parar de respirar”. A frase é da pesquisadora Nelzair Vianna que nos últimos anos vem monitorando a qualidade do ar em Salvador. O trabalho despertou o interesse, principalmente, quando a pes-

quisa voltou-se para o período de Carnaval, maior festa de rua do planeta e que chega a concentrar, num mesmo espaço, mais de um milhão de pessoas.

De início, foram utilizadas bromélias (*Tilandsia Usneoides*) para medir o nível de poluição no ar soteropolitano. Depois, mudou-se a metodologia e no

Carnaval de 2007 foi utilizado o Nefelômetro, equipamento mecânico que faz o biomonitoramento através da quantificação de metais pesados existentes nas partículas que estão no ar. As partículas são medidas pelo seu tamanho.

“As mais nocivas são as menores que 10 micrômetros, passíveis de inalação pelo ser humano. Para se ter idéia, um fio fino de cabelo mede 70 micrômetros”, explica Nelzair. O biomonitoramento realizado nas ruas da capital baiana foi muito preciso. O Nefelômetro utilizado tem capacidade para medir partículas de até 2,5 micrômetros. “Estas partículas minúsculas chegam até os alvéolos pulmonares e podem causar uma série de doenças respiratórias,

além de atacar o sistema cardiovascular”, diz a pesquisadora. Os mais suscetíveis a este tipo de problema são as crianças e os idosos

A metodologia voltou a ser utilizada no Carnaval de 2008, mas de forma ampliada, com a medição da quantidade de nitrogênio no ar, um dos elementos conhecidos como “poluentes clássicos”. Os demais são: ozônio (O₃), gás carbônico (CO₂) e monóxido de carbono (CO). Mas a escolha do nitrogênio tem uma razão específica. “O nitrogênio está mais relacionado com o agravamento dos sintomas de doenças respiratórias. Ele é emitido por veículos a diesel, por isso é considerado um marcador de urbanização”, diz Nelzair.

A urbanização é, inclusive, um dos fatores responsáveis pela poluição das grandes metrópoles. Pesquisas mostram que as indústrias são a primeira fonte de poluição do ar e a segunda, os veículos automotivos. Outra novidade é que, em 2008, também foi avaliada a saúde de pessoas que trabalharam no circuito carnavalesco. “Verificamos a poluição extra-domiciliar, a intra-domiciliar e o agravamento de doenças respiratórias em pessoas até 18 anos”, conta Nelzair Vianna.

A pesquisa anterior mostrou, por exemplo, que a boa ventilação favorece a dispersão das partículas que são prejudiciais a saúde. Sob este



ponto de vista, o circuito Barra-Ondina pode ser considerado mais saudável por estar localizado em plena orla de Salvador. Já o do centro da cidade é mais poluído. A diferença pode ser constatada a olho nu através da fuligem que fica depositada nas fachadas das casas, deixando-as todas sujas. É isso que acaba indo para os pulmões.

Existe, ainda, a idéia de se monitorar outras áreas de Salvador, mediante de uma parceria entre a Semarh, a Ufba e a USP, através do professor Paulo Saldiva. Seriam escolhidas duas áreas com intenso movimento de veículos e outra mais distante para se fazer o controle. A pesquisadora Nelzair Vianna defende a implantação de um monitoramento contínuo em Salvador e uma mudança no tráfego da cidade que já

está caótico. Para ela, também é preciso intensificar a fiscalização dos veículos que circulam pela cidade, muitos em péssimas condições.

Hoje, a capital paulista tem 13 estações que fazem relatos semanais das condições do ar. Em Londres, a cada trimestre, sai uma nova previsão sobre a poluição atmosférica. Em Salvador, o monitoramento do ar deverá ser feito duas vezes por ano: uma no verão e outra no inverno. A idéia é instalar o mínimo de duas estações de biomonitoramento, sendo uma na parte mais litorânea da cidade e outra mais no centro. Mais Nelzair Vianna sonha com sete estações na cidade. Número que considera ideal. “A idéia é trabalhar de forma preventiva para que Salvador não atinja uma situação irreversível como a de São Paulo”, diz.

Formando novos parceiros através do PNC

Compartilhar responsabilidades para agilizar todo o processo. Esta é a essência e, ao mesmo tempo, o maior desafio do Programa Nacional de Gestores Ambientais (PNC) que, a partir de março de 2007, começou a capacitar gestores municipais para aprenderem a executar a política ambiental em suas cidades. Uma forma diferenciada de lidar com as questões ambientais, estimulando todos os segmentos da sociedade civil, setor privado e poder público a discutirem e se envolverem na formulação de políticas públicas para o setor.

Em 2007, o PNC cumpriu a meta de capacitar 880 formadores ambientais de 88 municípios baianos. Mas o objetivo maior é, gradativamente, atingir todas as cidades do interior da Bahia, numa ação mais lenta e mais estruturante. “Hoje o Estado é muito sobrecarregado, principalmente no que se refere ao licenciamento de obras. Nosso objetivo é repassar ações e gestões ambientais para os municípios”, afirma Ricardo Azevedo, coordenador do Programa.

A implementação do programa visa consolidar duas diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente: o fortalecimento do

Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Desenvolvimento Sustentável. O PNC trabalha para que os municípios tomem para si a responsabilidade de cuidar do meio ambiente de sua região, não deixa de reforçar a máxima dos ambientalistas de que é preciso pensar localmente e agir globalmente.

“A gente tem de tratar o meio ambiente em rede e com a sociedade. Está tudo interligado. Não adianta um município tomar uma ação preventiva e os demais não fazerem nada pois as consequências serão sentidas por todos”, avalia Azevedo.

A capacitação feita através do PNC envolve duas etapas: uma relativa ao conhecimento da legislação e outra mais voltada para a área de planejamento. Dos municípios que já passaram pelo programa, Ricardo Azevedo afirma que vários já adota-

ram uma postura diferente em relação ao meio ambiente. Muitos criaram Conselhos Ambientais e em Madre de Deus, por exemplo, criou-se depois do curso de capacitação, uma Secretaria de Meio Ambiente. “É isso que queremos, criar massa crítica”.



PNC - Lançado oficialmente em 23 de agosto de 2005, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, foi instituído através da Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 286 de 29 de setembro de 2005. O PNC nasceu da necessidade de estruturação do sistema municipal do meio ambiente. A implementação do programa contribui diretamente para a consolidação de duas diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente: o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Desenvolvimento Sustentável. O PNC conta com 12 estados conveniados e tem apoio financeiro da Petrobras.





Novo modelo de serviço público

“Estamos melhorando a forma de gerenciar, através da capacitação dos próprios servidores. Estamos criando um novo modelo de serviço público”.

Facilitar as gestões institucional, administrativa e operacional, a fim de garantir resultados sustentáveis nos serviços prestados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado. Com esse objetivo foi criado o SigSemarh - Sistema de Gestão Semarh. “Precisávamos trazer para o serviço público algumas ferramentas de gestão que já tinham sido aplicadas e validadas na iniciativa privada”, afirma Joana d’Arc Sales, diretora administrativa da Secretaria.

O SigSemarh segue o modelo do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), que adaptou diversas técnicas de gestão para a realidade do serviço público. Adotado pelo governo federal, o Gespública tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a competitividade do país. A Semarh foi o primeiro órgão do Estado que se mobilizou para aderir ao programa.



Lançado no Dia do Servidor Público, 28 de outubro, o sistema trabalha com quatro níveis de sustentação que têm a finalidade de beneficiar o servidor nas seguintes dimensões: financeira, social, educação integral e institucional. Segundo Joana d'Arc, o primeiro passo foi fazer uma auto-avaliação baseada em sete critérios de excelência: liderança, estratégia e plano, cidadão e sociedade, pessoas, processos, informação e conhecimento, e resultado. “Assim criamos um Plano de Melhoria da Gestão que já está sendo implantado”, afirma.



Joana d'Arc também chama atenção para outras ações que têm contribuído para valorização, integração e resgate da auto-estima dos 360 servidores da Semarh. Um bom exemplo é a adoção de um calendário comemorativo alusivo a datas como Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, entre outras. Também foi realizada pesquisa, através da internet, sobre o nível de estresse do servidor da secretaria.



Para 2008 os desafios são muitos: consolidar a implantação do SigSemarh; efetivar o Plano de Melhorias e Executar os diversos projetos dentro do Programa de Valorização do Servidor. “Estamos melhorando a forma de gerenciar através da capacitação dos próprios servidores. Estamos criando um novo modelo de serviço público”, conclui Joana d'Arc.



 GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria de
Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

www.meioambiente.ba.gov.br